A NEUROPSICOPEDAGOGIA NAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS

MARIA DANÚBIA MOREIRA DAROZ

RESUMO

Este artigo discute a atuação da neuropsicopedagogia em instituições públicas e privadas. A neuropsicopedagogia reúne diferentes áreas das Ciências Humanas, como Psicologia, Pedagogia, Sociologia e Antropologia, buscando compreender as dificuldades que o indivíduo enfrenta no desenvolvimento do conhecimento, da aprendizagem e nos aspectos cognitivos e sociais. O neuropsicopedagogo identifica problemas e propõe soluções para as barreiras dos alunos durante o processo de ensino-aprendizagem. Dificuldades de aprendizagem podem estar relacionadas, por exemplo, a limitações de inteligência ou aos sentidos, exigindo dos alunos grande esforço para seguir instruções, manter a concentração e comportar-se tanto em casa quanto na escola. Essas crianças enfrentam desafios para captar, processar e dominar tarefas e informações, afetando seu desenvolvimento posterior. Os objetivos deste artigo são: aprofundar os conhecimentos sobre neuropsicopedagogia; destacar sua importância nas escolas; e esclarecer o papel da intervenção neuropsicopedagógica. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica fundamentada em autores relevantes para o tema.

PALAVRAS-CHAVE: Dificuldades de Aprendizagem; Instituições; Neuropsicopedagogia.

INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, vivenciamos uma sociedade marcada por transformações aceleradas e intricadas, impulsionadas pela circulação intensa de diversos tipos de informação. Ignorar o papel das ferramentas digitais e dos meios de comunicação já não é possível, pois frequentemente contribuem para o processo de aprendizagem inicial.

Quando uma criança encontra obstáculos para aprender a ler e escrever, um especialista em neuropsicopedagogia pode identificar com precisão as causas dessas dificuldades por meio de uma análise detalhada.

Meninos e meninas que apresentam desafios específicos na aquisição de conhecimento costumam demonstrar maneiras diferenciadas de perceber o mundo ao redor, com características neurológicas distintas em comparação aos seus pares. Contudo, costumam compartilhar experiências de insucesso tanto no ambiente escolar quanto em outros espaços sociais.

A atuação neuropsicopedagógica propicia vivências enriquecedoras, oferecendo propostas lúdicas relacionadas à leitura e à produção textual, sempre buscando dar significado ao que é aprendido e promovendo uma interação efetiva com o conteúdo.

É amplamente reconhecido que a educação transforma realidades. O diferencial dos dias atuais está na urgência por essa transformação.

Atualmente, autoridades públicas destinam recursos inéditos à formação de seus cidadãos, visando prepará-los para atuar em um mundo profissional cada vez mais competitivo. Paralelamente, famílias da nova classe média mundial dedicam investimentos próprios para aprimorar o ensino de seus membros. Por tudo isso, a atuação de profissionais neuropsicopedagogos torna-se essencial nas escolas, sejam elas municipais, estaduais, federais ou privadas.

A INTERVENÇÃO DA NEUROPSICOPEDAGOGIA

As pessoas são diferentes umas das outras, cada uma com as suas habilidades ou dificuldades e são essas diferenças que levam algumas crianças a serem mais lentas ou mais rápidas no processo ensino aprendizagem. Portanto, a aprendizagem é um processo pessoal.

De acordo com Ferreiro (1994):

Os dois pólos do processo de aprendizagem (quem ensina e quem aprende) têm sido caracterizados sem que se leve em conta o terceiro elemento da relação: a natureza do

objeto de conhecimento envolvendo esta aprendizagem. (FERREIRO, 1994, p. 67)
(...)A presença do outro é fundamental durante o processo ensino aprendizagem, pois aprendizagem é troca, interação, participação; é o resultando em um confronto entre diferentes hipóteses ou pontos de vista.

Observa-se que a obtenção de resultados satisfatórios no processo de ensino-aprendizagem requer a interação entre os indivíduos, respeitando suas particularidades para promover a troca efetiva de informações. É responsabilidade da escola acolher todas as crianças; entretanto, frequentemente as demandas das crianças com deficiência não são integralmente supridas devido à ausência de profissionais especializados em inclusão, como o neuropsicopedagogo, cuja atuação é essencial para o diagnóstico e tratamento adequados de cada caso.
A temática da inclusão tem sido amplamente discutida na atualidade, visto que a falta de um trabalho direcionado pode ocasionar situações de exclusão de alunos com deficiência. Nesse contexto, destaca-se a importância do neuropsicopedagogo, que contribui significativamente para avaliações precisas e condução de estratégias pedagógicas individualizadas.
A partir da aplicação de estímulos diversificados, o neuropsicopedagogo favorece avanços concretos no desenvolvimento dos alunos durante o processo de ensino-aprendizagem, superando práticas tradicionais e estabelecendo parâmetros para uma educação mais inclusiva e diferenciada.

A NEUROPSICOPEDAGOGIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A INCLUSÃO ESCOLAR

Para assegurar que a criança possua seus direitos garantidos desde o nascimento, há legislações específicas que determinam responsabilidades tanto para os responsáveis quanto para o Estado, visando promover de maneira efetiva a formação de cidadãos críticos e ativos na sociedade brasileira.

No período anterior ao descobrimento do Brasil, observa-se que, entre as comunidades indígenas, crianças nascidas com deformidades eram sacrificadas. Posteriormente, com a introdução da medicina jesuítica, houve uma crescente procura por parte de populações de baixa renda. Nesse contexto, destaca-se a primeira iniciativa relacionada à Educação Especial, por meio da atuação de Figueiredo, ocorrendo as tentativas iniciais de implementação dessa modalidade educacional durante o período jesuítico.
Na atualidade, observa-se a coexistência de duas modalidades escolares no mesmo espaço, conforme apontado por Cury, Marin e Bueno (2010, p. 6):
Uma que se coloca como dona da verdade, detentora do saber e dos conhecimentos socialmente válidos, não percebe a existência de processos formativos para além dos seus muros; e a outra que, ao atender a universalização do acesso se pretende democrática, mas valida as trajetórias daqueles que provêm das classes dominantes. Uma se encontra com a outra, não se reconhecem, mas se vêem constrangidas, ao menos pela formalização em lei, a se reconhecerem e a se tornarem próximas (CURY; MARIN; BUENO, 2010, p. 6).

A evolução das sociedades evidencia que a exclusão social é um processo simultâneo, marcado tanto por dinâmicas combinadas quanto desiguais, em relação à inclusão. A inclusão social refere-se ao conjunto de estratégias e ações que visam combater a exclusão, possibilitando uma convivência harmoniosa entre pessoas com diferentes perfis e inteligências, assegurando-lhes direitos, necessidades e potencialidades conforme estabelecido pelos Direitos Humanos. Nesse contexto, a educação é garantida como direito e dever do Estado e da família, atuando juntamente com a sociedade para promover o pleno desenvolvimento individual, qualificação para o trabalho e inclusão escolar, fundamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação.
Apesar da passagem dos séculos e décadas, o problema da exclusão social permanece uma realidade no Brasil, impactando consideravelmente uma parcela significativa da população, independentemente de sua gravidade e consequências. O modelo de industrialização adotado no país, pautado por

padrões imitativos de consumo, alterou formas de dependência sem superá-las, contribuindo para o fortalecimento do elitismo e da exclusão social.

MUDANÇAS NA HISTÓRIA DA INCLUSÃO

O Brasil experimentou profundas mudanças ao longo do século XX; entretanto, as desigualdades sociais continuaram praticamente intactas. Por esse motivo, compreender as complexas diferenças sociais e regionais é fundamental diante dos desafios atuais relacionados à exclusão no país.
É inadequado definir a exclusão apenas em oposição à inclusão social. Embora essa ideia de polaridade seja verdadeira, demonstra que, na trajetória da humanidade, a igualdade raramente predominou—na verdade, ocorre o oposto. O desenvolvimento das sociedades mostra que exclusão e inclusão são processos que se dão de forma simultânea e desigual. Assim, o progresso de um país pode

promover oportunidades de inclusão enquanto mantém, paralelamente, formas de exclusão.
Em comunidades marcadas pela pobreza ou extrema desigualdade, a exclusão social tende a ser mais evidente, especialmente ao comparar os bem alimentados com aqueles que passam fome. Contudo, conforme surgem novas realidades sociais, como a urbanização, crescem também outras demandas relacionadas à dignidade, além da simples sobrevivência.
Remontando ao período colonial brasileiro, vale destacar fatos curiosos: os primeiros hospitais do país foram fundados pela Igreja Católica e atendiam diversos grupos marginalizados, desde órfãos até mães solteiras, idosos, pobres e enfermos, consolidando uma cultura de assistência social. Doenças frequentes, epidemias e condições debilitantes eram comuns; colonizadores portugueses enfrentavam inúmeros males tropicais, agravados por insetos nocivos e pelo ambiente inexplorado.
A associação entre deficiência e doença consolidou-se historicamente, sendo predominantemente tratada em contextos hospitalares e assistenciais, reforçada ainda por outros fatores. Entre o final do século XIX e início do século XX, diversos médicos brasileiros pesquisaram e produziram estudos sobre pessoas com diferentes tipos de deficiência, preocupando-se inclusive com o ensino dessas crianças. A medicina, uma das primeiras áreas do ensino superior no país ao lado do setor militar, exerceu grande influência nas propostas educacionais voltadas para esse público.
Vivemos em uma sociedade onde a maioria luta para sobreviver, enquanto uma minoria desfruta privilégios e riqueza, num cenário organizado para criar grupos dominantes e dominados, opressores e oprimidos, dirigentes e dirigidos. Dessa forma, tanto a história da educação nacional quanto os processos de escolarização refletem fortemente os contrastes presentes na sociedade moderna.

A INCLUSÃO DOS DEFICIENTES AUDITIVOS

O reconhecimento da Língua de Sinais, assim como a garantia de sua aprendizagem e uso, tem se mostrado fundamental no atendimento educacional de crianças com deficiência auditiva. No início deste século e milênio, o Brasil encara diversos desafios no campo educacional, especialmente em relação à Educação Especial. Por sua importância, cabe aos brasileiros superar tanto obstáculos objetivos quanto subjetivos que ainda dificultam o acesso e a permanência de estudantes com necessidades educativas especiais nas escolas, situações já resolvidas há décadas em muitos outros países. Sobre esse tema, Mazzotta observa:

Foi principalmente na Europa que os primeiros movimentos pelo atendimento aos deficientes, refletindo mudanças na atitude dos grupos sociais, se concretizaram em medidas educacionais. Tais medidas educacionais foram se expandindo, tendo sido primeiramente para os Estados Unidos e Canadá e posteriormente para outros países, inclusive o Brasil.
Uma investigação sobre estas medidas mostra que até o final do século XIX diversas expressões eram utilizadas para referir-se ao atendimento educacional aos portadores de

deficiência: Pedagogia

de Anormais, Pedagogia Teratológica, Pedagogia Curativa ou Terapêutica, Pedagogia da Assistência Social, Pedagogia Emendativa. Algumas dessas expressões, ainda hoje, são utilizadas a despeito de sua impropriedade, segundo meu ponto de vista. (MAZZOTTA, 1999. p.17)

Diante desse cenário, é fundamental garantir constantemente que os direitos historicamente conquistados sejam mantidos e contribuam efetivamente para a inclusão social e, consequentemente, para uma educação acessível a todos os alunos. O objetivo é alcançar níveis mais elevados que promovam a educação como um direito universal, assegurando o acesso, a permanência e a qualidade do ensino.

Assim como qualquer pessoa, cada surdez e cada indivíduo surdo possui uma trajetória única, mas é necessário que a sociedade tenha uma compreensão mais consciente sobre a surdez.

Buscando sair do lugar-comum, diversas análises têm destacado os principais aspectos envolvidos no estudo dos processos de significação da surdez e das pessoas surdas na sociedade atual, incluindo questões culturais, de poder, identitárias e educacionais. A última delas será detalhada em tópico específico.

A educação de crianças surdas tem sido encarada como um desafio a ser vencido, uma vez que as experiências educacionais anteriores não têm apresentado resultados suficientemente satisfatórios (com exceção de alguns casos) para promover o desenvolvimento acadêmico, social e profissional semelhante ao de crianças ouvintes.

Existe uma preocupação genuína em proporcionar uma educação de fato significativa, permitindo que essas crianças e adolescentes possam utilizar plenamente suas capacidades, tornando-se sujeitos surdos íntegros, envolvidos com o mundo ao seu redor e capazes de se relacionar com outros, sejam surdos ou ouvintes, em condições de igualdade.

Diversos estudos discutem aspectos do processo de aprendizagem dos surdos e muitas dessas pesquisas convergem para um ponto central: onde está a causa do fracasso escolar entre crianças e adolescentes surdos?

Durante muito tempo, foi atribuído à surdez a responsabilidade pelo insucesso escolar, acreditando-se que ela acarretava um déficit cognitivo diretamente ligado às dificuldades acadêmicas.

Hoje em dia, sabe-se que essa visão não corresponde à realidade. Pessoas surdas possuem, em essência, as mesmas capacidades que ouvintes para aprender língua escrita, desenvolver raciocínio lógico e outras competências necessárias para o aprendizado, desde que suas necessidades específicas — decorrentes da perda auditiva e do acesso diferenciado à língua oral, além da maneira própria de perceber o mundo — sejam respeitadas.

Pesquisas sobre o desenvolvimento da escrita (LIST, 1990; SVARTHOLM, 1994; DAVIES, 1994) indicam que esse processo só se dá a partir de um conhecimento prévio de linguagem, ou seja, ele depende do desenvolvimento anterior de uma primeira língua. Para ouvintes, essa primeira língua é geralmente a língua oral. Não significa, porém, que a escrita seja apenas uma transposição da oralidade, mas sim que o domínio de uma primeira língua é fundamental para lidar com toda a complexidade envolvida na compreensão e produção de textos escritos. No caso dos surdos, surge então a dúvida: qual seria essa primeira língua?

De acordo com LIST (1990, p. 35), embora estejam expostos à língua escrita desde o nascimento, os surdos encontram desvantagens em relação aos ouvintes, pois a escrita, mesmo com suas especificidades, é baseada num sistema alfabético derivado dos sons da fala, o que torna seu acesso mais difícil para quem não escuta.

Portanto, defende-se a valorização da Língua de Sinais como primeira língua do surdo, já reconhecida legalmente no Brasil. Sobre esse tema, vários estudiosos preocupados com a educação dos surdos buscaram identificar problemas (FERNANDES 1989, TRENCHE 1995, MELO 1995) e sugerir caminhos para a prática pedagógica (GÓES 1996, LACERDA 1996).

O método oral, seja acupédico ou multissensorial, fundamenta-se em estratégias para

estimular a fala e a audição das crianças. Dessa forma, o aprendizado da escrita se apoia integralmente na oralidade.
Segundo NORTHERN & DOWNS (1978, p. 72):
O pressuposto fundamental do oralismo é que se deve dar a toda criança surda a oportunidade de se comunicar através da fala. Estas crianças não devem se misturar às crianças que se comunicam gestualmente, para não perderem nenhuma oportunidade de se comunicar oralmente. O treinamento na fala e na leitura oro-facial permitem um ajustamento mais cedo ao mundo que a cerca, que é falante e ouvinte.

Em virtude desses pressupostos, a abordagem oralista defende a inserção de crianças surdas na escola regular, fundamentando-se na premissa de que a fala constitui a base de todo o processo de aprendizagem.
O surgimento de insatisfações quanto ao Oralismo e o avanço das pesquisas acerca da Língua de Sinais propiciaram novas propostas pedagógicas para a educação de surdos, sendo que uma das mais significativas, especialmente a partir da década de 1970, foi a Comunicação Total — também conhecida como Bimodalismo.
O Bimodalismo teve início nos Estados Unidos na década de 1960, impulsionado pelos avanços no estudo da Língua de Sinais (STPKOE, 1960) e pela identificação de um desempenho acadêmico superior entre crianças surdas, sobretudo aquelas filhas de pais surdos, em comparação aos seus pares ouvintes (MOORES, 1978). Esses resultados refletem uma insatisfação com quase um século de práticas baseadas exclusivamente no Oralismo.
Segundo Schindler (1988), a Comunicação Total é compreendida como uma filosofia que incorpora recursos auditivos, manuais e orais com o objetivo de garantir a comunicação efetiva com pessoas surdas. Inicialmente denominada Comunicação Total, essa abordagem propunha expor a criança ao maior número possível de formas comunicativas (auditiva, oral, sinalizada, escrita etc.), possibilitando que ela se apropriasse daquela que melhor atendesse ao seu desenvolvimento global, sem hierarquizar nenhuma modalidade, mas valorizando o potencial pleno de cada indivíduo.

O termo "desenvolvimento global" abrange os aspectos linguístico, intelectual, social, acadêmico e emocional da criança. No contexto brasileiro, a Comunicação Total ou Bimodalismo caracteriza-se pelo uso simultâneo de sinais advindos da Língua de Sinais e da língua oral, prevalecendo a estrutura gramatical do português nas interações com as crianças.

Assim, crianças expostas a essa metodologia podem desenvolver habilidades de leitura e escrita baseadas na leitura labial, na própria articulação oral, no aproveitamento de resíduos auditivos, no uso do alfabeto datilológico e dos sinais. No entanto, sistemas combinados, outra denominação para o Bimodalismo, enfrentam críticas, principalmente quanto à apresentação simultânea da língua oral e dos sinais, haja vista que as diferenças estruturais entre essas línguas frequentemente resultam em uma adaptação da Língua de Sinais à ordem do português, comprometendo sua integridade.
Paralelamente à evolução dessas abordagens, os estudos sobre Línguas de Sinais tornaram-se mais consolidados, favorecendo o surgimento de alternativas educacionais alinhadas à proposta Bilíngue. A Educação Bilíngue prevê o desenvolvimento de competências tanto na Língua de Sinais quanto na língua majoritária da comunidade ouvinte, no caso, o português.
A efetivação de uma educação bilíngue pressupõe o reconhecimento de que pessoas surdas possuem características culturais próprias. Durante muito tempo, essas especificidades foram negligenciadas; contudo, o respeito às diferenças é condição fundamental para a legitimidade desse modelo educacional. Tanto surdos quanto ouvintes envolvidos nesse contexto devem aderir a esse princípio para o êxito da proposta.
Por fim, destaca-se que, embora a implementação da educação bilíngue exija o comprometimento com o uso de ambas as línguas por parte dos surdos e dos profissionais da área, trata-se de um desafio viável, considerando o empenho crescente de educadores e especialistas para sua consolidação.
A NEUROPSICOPEDAGOGIA E SUAS CONTRIBUIÇÃO COM AUXÍLIO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE INCLUSÃO

A inclusão constitui um processo social destinado a promover a participação de pessoas com deficiência, anteriormente consideradas excluídas. Para compreender as legislações que asseguram os direitos dessas pessoas, é imprescindível que o neuropsicopedagogo, bem como qualquer profissional envolvido em seu atendimento, realize uma análise criteriosa dos casos. Conforme aponta Sassaki (1999, p. 42):

A educação inclusiva tem como objetivo a construção de uma sociedade para todos, e, assim, sua prática repousa em princípios até então considerados incomuns, tais como: a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem através da cooperação.

A inclusão educacional representa um sistema no qual a comunidade escolar enfrenta o desafio de promover o êxito da maioria dos alunos no processo de ensino e aprendizagem.
Em 1994, o Brasil aderiu à Declaração de Salamanca, documento internacional que diversos países assinaram tratando sobre a inclusão. Segundo informações da Wikipédia, "A Declaração de Salamanca (SALAMANCA, 1994) é uma resolução das Nações Unidas que aborda princípios, políticas e práticas em educação especial".

Conforme a Declaração de Salamanca (UNICEF, 1994, p.5):
Educação inclusiva é o modo mais eficaz para construção de solidariedade entre crianças com necessidades educacionais especiais e seus colegas. O encaminhamento de crianças a escolas especiais ou a classes especiais ou a sessões especiais dentro da escola em caráter permanente deveriam constituir exceções, a ser recomendado somente naqueles casos infrequentes onde fique claramente demonstrado que a educação na classe regular seja incapaz de atender às necessidades educacionais ou sociais da criança ou quando sejam requisitados em nome do bem-estar da criança ou de outras crianças.

Em 1996, o Brasil sancionou a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), na qual assegura o direito ao acesso e a permanência da Educação para Todos (BRASIL, 1996), em seu art 59 declara que:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; [...] III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

Segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial (BRASIL, 2001a, p. 39), a Educação Especial é:

Modalidade da educação escolar; processo educacional definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos ou serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.

Percebe-se que a Inclusão de pessoas com deficiência está sendo um dos temas mais abordados na Educação, devido a dificuldade que antes havia em trabalhar com essas pessoas.
Em 1988, a Constituição Federal (BRASIL, 1988), em seus art. 205, 206 e
208, declara que:

Art. 205 – A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de

condições para o acesso e permanência na escola;

Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino [...].

Conforme destacado por Ross (2004, p. 57): "A Legislação Brasileira é uma das mais avançadas em termos de respeito às garantias sociais e educacionais de participação igualitária da pessoa com deficiência nas várias esferas da sociedade." A neuropsicopedagogia tem conquistado espaço crescente no ambiente escolar, possibilitando a implementação efetiva das políticas de inclusão e oferecendo subsídios para o diagnóstico dos alunos incluídos, assim como para a definição de medidas adequadas a cada situação.
O neuropsicopedagogo desempenha papel fundamental ao apoiar o professor na identificação precisa de dificuldades dos alunos, contribuindo significativamente para intervenções pedagógicas eficazes. Ressalta-se a importância de que as políticas públicas priorizem a oferta de programas de capacitação e formação continuada voltados aos docentes da educação básica, especialmente para o atendimento de estudantes com deficiência, de modo a aprimorar o desenvolvimento desses educandos no processo ensino-aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É imprescindível que a inclusão se consolide no ambiente escolar, de modo a garantir o cumprimento das leis e eliminar vestígios de uma sociedade que historicamente perseguiu, discriminou e desvalorizou pessoas com deficiência. A realização de análises neuropsicopedagógicas contribui para integrar os alunos com deficiência à escola, favorecendo seu convívio com colegas e aprimorando o processo de aprendizagem, no qual as mudanças na rotina escolar devem ser implementadas de acordo com suas necessidades.
A inclusão escolar propõe um novo paradigma ao buscar a matrícula de todos os alunos com deficiência nas escolas regulares, preferencialmente em classes comuns, inclusive para aqueles oriundos da Educação Especial. A escola deve ser um espaço acessível a todos, sem deixar nenhum aluno à margem ou segregado em espaços diferenciados – e tampouco excluído na própria sala de aula.
Promover a inclusão vai além da simples presença física; é compreender que cada pessoa aprende de maneira única, em ritmos variados. Este processo nos convida a uma reflexão profunda sobre nossa sociedade: aprender é uma experiência individual e humana, enriquecida pela diversidade de ideias, opiniões e níveis de compreensão, sempre valorizando as diferenças.
O desenvolvimento infantil extrapola o aspecto físico e intelectual; trata-se de um progresso constante, onde cada fase do crescimento traz comportamentos distintos – emocionais, sociais e intelectuais. Dessa forma, a atuação da neuropsicopedagogia torna-se cada vez mais importante, pois auxilia no desenvolvimento físico, psicológico e social das crianças, contribuindo ainda para prevenir dificuldades de aprendizagem na vida adulta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUERA, L. G. Além da Inteligência Emocional: As cinco dimensões da mente.
São Paulo: Cengage Learning, 2008.
ALLEBRANDT-PADILHA, Sandra Marisa. Pressupostos epistemológicos na educação do deficiente mental ao longo dos tempos.
ARSENIO, Ione. Análise dos obstáculos à inclusão escolar da pessoa com deficiência: uma revisão da literatura especializada. São Carlos: Suprema Gráfica, 2007.
BLAKEMORE, S. J.; FRITH, U. O cérebro que aprende. Lisboa: Gradiva, 2009. BITTAR, Marisa; FERREIRA FR., Amarílio. Proletarização e sindicalismo de professores na ditadura militar (1964-1985). SãoPaulo: Edições Pulsar, p.108, 2006.
BIANCHETTI, L., FREIRE I. M. um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania. Campinas: Papirus, 998.
BOGDAN, Robert e BIKLEN, Sari K. Investigação qualitativa em Educação. Porto: Porto, 1994.
BRASIL, Secretariada Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB),

1961.
BRASIL, Secretariada Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB), 1971.
BRASIL, Secretariada Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), 1988.
BRASIL, Secretariada Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), 1996.
BRASIL. Ministério da Educação. Secretariada Educação Especial. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: estratégias e orientações para crianças com necessidades educacionais especiais, 2001.
BRASIL, MEC, SEF, SEESP. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais, 1988, P. 17.
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. CARVALHO, R. E. Temas em educação especial. Rio de Janeiro: WVA, 1998.
CORREIA, L. M. Alunos com necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares. Porto: Porto Editora, 1ª. Edição, 1997.
COSENZA, R. M., GUERRA, L. B. Neurociência e Educação: Como o cérebro aprende. Porto Alegre: Artmed, 2011.
CECCIM, B.R. Exclusão e Alteridade: de uma nota de imprensa a uma nota sobre a deficiência mental. In: SKLI?R C. Educação & Exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 997.
CHINALIA, F.; ROSA, J. C. L. Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva.
Jaboticabal: AJEC, 2008.
DENARI, Fátima Elizabeth. A formação dos professor em educação especial. In: GOYOS, Celso; ALMEIDA, Maria Amélia; SOUZA, Deisy G. de Souza. Tema em Educação Especial. São Carlos: EDUFSCar, 1996.
FERREIRO, Emília. Alfabetização em processo. 15ª ed. São Paulo, Cortez, 2004. FERREIRO, Emília. Reflexões sobre alfabetização. 24. Ed. São Paulo, Ática, 1984. FOREST, M. ; PEARPOINT, J. Inclusão: um panorama maior. In: MANTOAN, M.
T. A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Editora SENAC, 1997, 137-141.
IZQUIERDO, I. Memória. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MANZINI, E. J. . Portadores de Necessidades Especiais e Integração. Recriação Revista do Creia, Campo Grande, v. 02, n. 1, p. 45-48, 1997.
MENDES, E. G.; FERREIRA, J. R.; NUNES, L. R P. Integração/Inclusão: o que revelam as teses e dissertações em Educação e Psicologia. In: Francisco de Paula Nunes Sobrinho. (Org.). Inclusão Educacional: Pesquisas e Interfaces. 1ª ed. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2003, p. 98-149.
MOITA, M. C. Percursos de Formação e de Transformação. In: NÓVOA, Antônio (org.). Vidas de Professores. Portugal: Porto, 1992.
SASSAKI, R. K. Inclusão - Construindo uma Sociedade para Todos. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.
UNICEF, Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Salamanca, Espanha, 1994.
WERNECK; C. Sociedade Inclusiva: quem cabe no seu todos? Rio de Janeiro: WVA Editora, 1999.